

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

### **PROJETO DE LEI Nº 5.815, DE 2001**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornarem disponível serviço gratuito de atendimento telefônico à população para os fins que menciona.

**Autor:** Deputado Orlando Fantazzini

**Relator:** Deputado Luiz Bittencourt

O Substitutivo que apresentamos nesta Comissão ao Projeto de Lei em exame recebeu uma emenda, apresentada pelo ilustre Deputado Abelardo Lupion, suprimindo a expressão “bem como os assinantes das prestadoras de serviços de televisão por assinatura” do art. 8-A que o nosso Substitutivo prevê acrescentar à lei que institui o Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991).

Com a aprovação da emenda apresentada, o Conselho de Comunicação Social não receberia reclamações e sugestões dos telespectadores a respeito dos serviços de televisão por assinatura. O autor da emenda entende que assim deve ser pois o assinante das televisões por assinatura “paga pela programação e, no ato da assinatura para prestação do serviço, tem conhecimento do produto adquirido”.

Entendemos que o fato do Conselho de Comunicação Social receber críticas e sugestões a respeito de todos os serviços de televisão por assinatura – além de todos os serviços de radiodifusão – em nada afeta as prestadoras daqueles serviços, nem gera para elas nenhum tipo de obrigação.

Além disso, é interessante que o Conselho e a sociedade conheçam, de forma sistematizada, a opinião do público sobre os serviços de televisão por assinatura, mesmo que estes sejam pagos pelos assinantes.

Assim sendo, nosso voto é pela rejeição da Emenda do Deputado Alberto Lupion, apresentada ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 5.815, de 2001.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado LUIZ BITTENCOURT  
Relator